

Privados de cardiologia cortam exames para SNS

Ameaça. Aposta dos privados passa por mais contratos com outros sistemas que não SNS

DIANA MENDES

A Associação Nacional de Cardiologia (Anacard) admite apostar na “contratualização de actos médicos de cardiologia com outros sistemas que não o público” caso o Governo reduza os preços de tabela dos convencionados, disse o vice-presidente, Trigo Pereira. A Administração Central do Sistema de Saúde anunciou a redução de 2,9% nos preços, medida com efeitos a partir de Julho.

António Trigo Pereira afirma que, perante este cenário, outra das soluções pode passar pela “redução do número de intervenções que os privados executam em nome do SNS”, o que representaria um retrocesso sobretudo para a população com menos recursos. O comunicado da associação refere mesmo que está para breve a criação de uma quota de mercado na Saúde, em que o doente perde o estatuto de pessoa e passa a ser tratado como uma espécie de produto comercial. Isto numa altura em que Portugal é o país da UE com mais casos de morte por AVC e em que há uma aposta na prevenção de

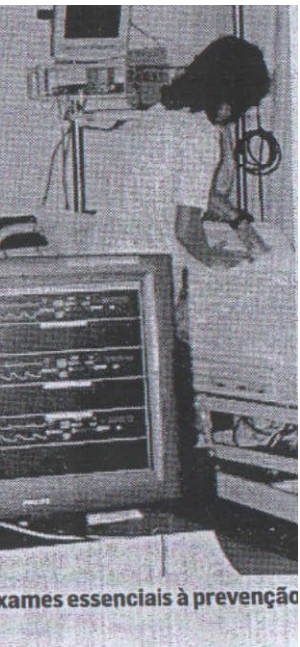
doenças de foro cardiovascular e na realização de exames de rastreio.

A redução de 2,9% foi uma declinação unilateral que veio no seguimento de outras, como “a de 5% no ano passado”. As actualizações de preços são, porém, praticamente inexistentes nos últimos 20 anos. Desde 1987, houve apenas duas revisões: uma de 5% em 1999 e outra de 4% em 2002.

Os principais exames (electrocardiograma, prova de esforço, ECG e ecocardiograma têm valores na tabela do SNS acima do dobro ou do quádruplo dos tabelados nos convencionados, “preços desajustados dos custos de produção”.

As empresas do sector sentem-se lesadas porque têm respondido às solicitações do SNS, apesar de o Governo alegar que não estão a cumprir o objectivo de “crescimento 0” da despesa. O responsável disse ao DN que há 250 entidades privadas prestadoras de serviços de cardiologia.

Em 2004 realizaram cerca de 1,5 milhões de exames de diagnóstico. Trigo Pereira afirmou ainda que “está à espera do despacho, para tentar inviabilizá-lo judicialmente. Entretanto já foi pedida a intervenção do Presidente da República, comissão parlamentar da saúde e Entidade Reguladora da Saúde. ■



xames essenciais à prevenção